



QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANO

Rosío Fernández Baca Salcedo
Vladimir Benincasa
ORGANIZADORES



QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

**QUESTÕES
CONTEMPORÂNEAS**
PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO
E URBANO

Rosío Fernández Baca Salcedo
Vladimir Benincasa
ORGANIZADORES

canal6 editora
1ª edição – 2017
Bauru/SP

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Cassia Letícia Carrara Domiciano
Profa. Dra. Janira Fainer Bastos
Prof. Dr. José Carlos Plácido da Silva
Prof. Dr. Marco Antônio dos Reis Pereira
Prof. Dr. Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins

FOTOS DA CAPA E ABERTURA DE CAPÍTULOS

Vladimir Benincasa

Capa

1. Pátio da Estação de Bauru (SP) – Foto de Rosío F. B. Salcedo
2. Seminário Seráfico de S. Antônio, Agudos (SP)
3. Fazenda do Ribeirão, Dom Joaquim (MG)
4. Casas, Bocaina (SP)

Contracapa

Detalhe da fachada do antigo Banco do Estado de São Paulo, São Paulo (SP)

Abertura de capítulos

Fachadas – Paraty (RJ)

canal6 editora

Rua Machado de Assis, 10-35
Vila América | CEP 17014-038 | Bauru, SP
Fone/fax (14) 3313-7968 | www.canal6.com.br

Q58 Questões contemporâneas: patrimônio arquitetônico e urbano /
Rosío Fernández Baca Salcedo e Vladimir Benincasa
(organizadores). — Bauru, SP: Canal 6, 2017.
162 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7917-417-9

1. Patrimônio arquitetônico. 2. Preservação histórica e cultural.
I. Salcedo, Rosío Fernández Baca II. Benincasa, Vladimir. III. Título.

CDD: 363.69
720.288

Copyright© Canal 6, 2017

Direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial sem a
autorização prévia da Canal 6 Editora e dos organizadores.

APRESENTAÇÃO

As expressões de um determinado período de uma sociedade ficam gravadas em sua organização espacial, através da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo; nas suas manifestações artísticas (música, folclore, etc.); em sua forma de fazer e de viver.... Elas constituem, assim, o seu patrimônio cultural.

Diante dos perigos crescentes que ameaçam, mais especificamente, o patrimônio arquitetônico e edificado, ocasionados pela ação do tempo, da natureza, das negligências humanas que causam sua descaracterização ou demolição, ou mesmo, das novas construções em desarmonia com o patrimônio preexistente, a sociedade tem o dever de protegê-lo e salvaguardá-lo. Entende-se como salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. Essas ações preservam a essência do patrimônio e a sua autenticidade, permitindo sua transmissão para o futuro e ajudando a criar um sentido de identidade cultural coletiva.

Cabe à gestão pública a definição e implementação de medidas legais e administrativas, de financiamento, de estabelecimento de critérios de preservação e salvaguarda dos bens culturais, de sanções, reparações, recompensas, de assessoramento e de programas educativos. Somente dessa forma, a educação patrimonial e a formação da consciência social possibilitam o conhecimento do patrimônio e sua preservação.

Neste contexto, as instituições públicas e privadas, juntamente com a sociedade organizada, vêm desenvolvendo e colocando em prática programas, projetos e tecnologias de intervenção que visam à salvaguarda do patrimônio cultural. O *XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado: a dimensão cotidiana e os desafios para*

sua preservação, promovido pela sede brasileira do Centro Internacional de Conservação do Patrimônio (CICOP-Brasil) e pela Federação Internacional de Centros CICOP e, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNESP, Campus de Bauru, entre os dias 21 e 24 de outubro de 2014, pretendeu refletir e discutir a problemática do patrimônio edificado, desde as grandes obras às mais modestas.

Vários especialistas do Brasil, da América Latina e da Europa foram convidados a participar do evento e compartilhar suas experiências com os assistentes. Foram várias palestras cujos conteúdos julgamos importante para a alimentação do debate atual sobre o patrimônio, e que agora podemos compartilhar, pois transformadas em textos e revisadas pelos seus autores. Esperamos que a repercussão, além do âmbito do congresso, seja fecunda e produza não só debate, mas ações efetivas e coerentes à dimensão cotidiana que o patrimônio deve, e pode, ter.

ROSÍO FERNÁNDEZ BACA SALCEDO
VLADIMIR BENINCASA

PREFÁCIO

O presente é sempre um momento de incertezas. Até que ponto as experiências passadas contribuem para encontrar rumos para o futuro? Aprender com erros e acertos do passado é fundamental para estabelecer critérios para decisões a serem tomadas. Mas a visão crítica do passado não se confunde com o conservadorismo. Pelo contrário, a crítica é sempre feita com dados do momento em que é feita, sendo, portanto, mutável.

Para aprender com o passado, é necessário conhecê-lo e entender as suas motivações. A preservação do patrimônio cultural constitui um elo essencial para o processo de conhecimento do passado, próximo ou remoto.

O conjunto de textos aqui reunido, elaborado por especialistas convidados para apresentação no *XII Congresso Internacional do CICOP*, representa uma importante contribuição para o debate sobre as questões da preservação do patrimônio cultural, em particular do patrimônio arquitetônico urbano.

Temas como a amplitude do conceito de paisagem para a preservação da visualidade do patrimônio ambiental urbano, das limitações para o controle da paisagem e do equilíbrio entre a atenção dispensada ao bem isolado e à sua ambientação são da maior importância para a definição de ações de preservação. Miguel Matrán traz, com sua abordagem, uma aguda observação a esse respeito.

Igualmente importante é a questão do diálogo entre os novos projetos urbanos e os espaços e edifícios reconhecidos como patrimônio cultural a preservar. O conhecimento e valorização das relações dinâmicas de tempo e significados presentes nos lugares é essencial para a integração entre

passado e futuro. Josep Muntañola e Magda Carulla contribuem com uma precisa reflexão a respeito.

Ramón Gutiérrez traz um conjunto de proposições para uma visão integradora dos patrimônios edificado, natural e imaterial, e para a adoção de uma postura crítica que não impeça a abordagem compreensiva das características regionais e locais do patrimônio. Esta é uma questão importante para destravar algumas discussões marcadas por divergências que podem ser superadas. A crítica dos critérios patrimoniais pode ser o caminho para superar divergências e levar em conta as mudanças na escala patrimonial, englobando a sua dimensão cultural e territorial. Gutiérrez aponta, ainda, a importância de dar maior relevância aos aspectos econômicos, administrativos e políticos das questões patrimoniais e da destinação dos bens patrimoniais e da ação preservacionista. Outra questão significativa abordada é a da necessidade de a abordagem patrimonial acompanhar as mudanças da cidade e da sociedade, salientando que a preservação do patrimônio é um meio para alcançar melhor qualidade de vida, não um fim em si mesmo.

Como entender a questão da construção do patrimônio? Sob a ótica da acumulação de bens ou sob o ângulo do compartilhamento de bens culturais significativos para a identidade coletiva? Carrión Mena coloca essa questão para analisar as ações de preservação do patrimônio. Aponta que a lógica do mercado conduz à destruição e reconstrução das cidades, produzindo o esquecimento, e que o reconhecimento de múltiplos significados é parte essencial da condição de patrimônio cultural.

O campo da restauração no Brasil se encontra em meio a críticas provenientes de diferentes origens e com diferentes propósitos. Beatriz Kühl analisa essa questão apontando que o reconhecimento do restauro como um campo disciplinar próprio e a adoção de um embasamento teórico e metodológico bem estruturado possibilitam fazer frente a críticas e atingir a viabilidade para intervenções bem-feitas.

Andrea Pane apresenta uma contribuição muito importante para a compreensão do panorama atual da questão patrimonial na Itália, mostrando como, desde os anos 2000, está ocorrendo uma tendência de aproximação de abordagens entre os partidários das três principais correntes teóricas divergentes e presentes na Itália desde os anos sessenta, pelo menos: do restauro crítico-conservativo, da pura conservação e da manutenção e restituição a uma integridade e funcionalidade original. Citando o sociólogo Zygmunt Bauman e sua crítica da cultura da sociedade de consumo, e

evidenciando as consequências da crise econômica de 2008, Pane analisa a “espetacularização” do patrimônio e o esvaziamento de uma autêntica política pública de preservação, evidenciado pela redução dos orçamentos com essa finalidade. Através da análise de diversos exemplos, Pane mostra essa aproximação de conceitos empregados em projetos de diferentes autores. E mostra que os maiores perigos para a preservação na Itália de hoje são as intervenções destituídas de uma base teórica consistente.

A questão da preservação dos jardins históricos é abordada por Ana Rita de Sá Carneiro, traçando um quadro da história e da teoria da paisagem dos jardins e dos critérios para reconhecimento e intervenção em jardins históricos. Considerando que a criação de jardins atendeu a determinadas intenções plásticas e ambientais, assumindo diferentes significados com o tempo e sendo constituído por organismos vivos sujeitos à ação da natureza e, portanto, dependentes de constantes ações de manejo, o tema é de grande importância para a conservação de jardins.

Finalmente, João Mascarenhas Mateus traz uma muito oportuna contribuição evidenciando a necessidade de conhecer a História da Construção, das Técnicas e das Tecnologias para, com um enfoque teórico e prático aprimorado, conduzir as intervenções em construções históricas, evitando a contraproducente introdução de técnicas estranhas, não na análise, mas nas próprias intervenções efetuadas.

O amplo leque de questões contido neste conjunto de textos dá conta de ensejar a discussão dos temas mais candentes relacionados à preservação e restauro no Brasil nos dias de hoje. Acreditamos que o CICOP cumpre aqui um de seus papéis mais importantes, qual seja o de subsidiar o debate e a informação a respeito do Patrimônio Cultural.

JOSÉ EDUARDO DE ASSIS LEFÈVRE

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO 5
Rosío Fernández Baca Salcedo
Vladimir Benincasa

- PREFÁCIO 7
José Eduardo de Assis Lefèvre

- QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE PRESERVAÇÃO 13
José Eduardo de Assis Lefèvre

- LA PERCEPCIÓN VISUAL DE LA CIUDAD HISTÓRICA Y
SU RELACIÓN CON EL PAISAJE. 27
Miguel Ángel Fernandez Matrán

- LA REHABILITACIÓN DEL PATRIMONIO
ARQUITECTÓNICO Y EDIFICADO COMO
PROCESO DIALÓGICO 37
Josep Muntañola Thornberg
Magda Saura Carulla

- REPENSAR UNA MIRADA INTEGRADORA PARA
NUESTRO PATRIMÔNIO DE AMÉRICA LATINA. 49
Ramón Gutiérrez

- URBICIDIO O LA PRODUCCIÓN DEL OLVIDO 71
Fernando Carrión Mena

- QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE RESTAURO: A
VIABILIDADE DA RESTAURAÇÃO. 89
Beatriz Mugayar Kühl

- QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE RESTAURO: UNA
RIFLESSIONE DALL'ITALIA 109
Andrea Pane

- CONSERVANDO PAISAGEM CULTURAL COMO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E JARDIM..... 131
Ana Rita Sá Carneiro

- DESCONSTRUINDO POLARIDADES: HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO E TÉCNICAS PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO147
João Mascarenhas Mateus

LA PERCEPCIÓN VISUAL DE LA CIUDAD HISTÓRICA Y SU RELACIÓN CON EL PAISAJE

Miguel Ángel Fernandez Matrán

RESUMEN: El trabajo sobre la dimensión paisajística en determinados bienes de interés cultural que se realizó en España (Junta de Andalucía Cuaderno N° 28 sobre Patrimonio Histórico) es sumamente aprovechable en sus aplicaciones y enseñanzas, sobre todo en los desequilibrios que se vienen produciendo de los objetos arquitectónicos de interés cultural y su relación con el paisaje en todo el mundo. Su referencia especial a España encuentra su justificación en un doble argumento que es extrapolable al ámbito internacional. **Primero:** en la insuficiencia de los conceptos legales actualmente existentes, encaminados exclusivamente a la protección de determinados lugares con una visión reducida estrictamente a los "objetos arquitectónicos" considerados BIC (Bienes de Interés Cultural). **Segundo:** en el escaso y restrictivo entendimiento del concepto de "entorno". La idea del paisaje y su relación con los objetos arquitectónicos ha estado rondando en los propósitos de las autoridades competentes que no han acabado de decantarse todavía por el equilibrio entre los objetos y el medio donde estos se insertan, lo que provoca continuamente opiniones encontradas sobre la pérdida del valor significativo de lugares con alto valor patrimonial por ignorar el "paisaje", por ignorar la relación del paisaje con los objetos y sobre todo por ignorar lo más importante que es el reconocimiento de los individuos a su patrimonio cultural a través de esta relación medio y objetos. Otro hecho dominante en la última década ha sido primar "turismo y comercio" bajo la denominación "sostenibilidad" para acosar y deslegitimar los objetos culturales con construcciones que en muchos casos solo han conseguido un desorden territorial. Así se ha puesto de manifiesto en polémicas, debates y discusiones públicas en torno a este desequilibrio que ha alcanzado páginas completas de diarios. (véanse los casos en Sevilla provocados por la construcción de la Torre de Pelli y la utilización del espacio público de la plaza de la Encarnación, en Córdoba la construcción de una urbanización en las proximidades de Medina Azahara y en San Cristóbal de La Laguna ciudad Patrimonio de la Humanidad con la construcción del nuevo edificio de Juzgados en la Plaza fundacional del Adelantado).

Palabras clave: Entorno. Paisaje

1 EL PAISAJE SEGÚN EL CONVENIO DE FLORENCIA

Tal y como se define en el Convenio de Florencia, “Paisaje es cualquier parte del territorio tal como la percibe la población y cuyo carácter sea resultado de la acción y la interacción de factores naturales y/o humanos”.

Coincido con el estudio de PH cuaderno 28 que esta definición contiene al menos tres partes:

Una objetiva (“cualquier parte del territorio”)

Una subjetiva (“tal como la percibe la población”)

Una causal y dinámica (“resultado de la acción y interacción de factores naturales y/o humanos”).

El Convenio de Florencia o Convenio Europeo del Paisaje vincula la idea de paisaje “a todo el territorio” abarcando áreas naturales, rurales y urbanas”, comprendidas las “zonas terrestres, marítima y las aguas interiores”, al tiempo que señala que deben considerarse paisajes tanto los lugares excepcionales como los comunes y cotidianos e, incluso los degradados. Figuras 1 y 2.



Figura 1. Sainete en torno a un rascacielos. Fuente: Periódico el País, domingo 29 de enero de 2012. Sección Vida&Artes. Artículo de Reyes Rincón.



Figura 2. Pérdida del Valor Significativo por el desequilibrio en el territorio. Fuente: Periódico El País, domingo 8 de abril de 2012, artículo de Manuel J. Albert.

Todo esto nos confirma en la idea que las plazas públicas relacionadas con la formación u origen de nuestros centros históricos son espacios de un alto

valor significativo no sólo por su aportación objetiva a la historia sino por el valor subjetivo de como la perciben generaciones y generaciones, siendo al final este valor el más sostenible, ya que a pesar de los cambios introducidos por la intervención en el territorio (edificaciones singulares, viarios, usos etc), el valor significativo que atribuye la población a los diferentes elementos o partes del territorio, son de un claro valor simbólico.

El reconocimiento del paisaje reconociendo su trayectoria artística y científica y valorando su gran prestigio cultural, reside en incorporarlo a las prácticas de la protección del patrimonio cultural y la ordenación territorial como concepto de amplio sentido que permite valorar la coherencia existente entre los elementos naturales del territorio y el artificio humano sobrepuesto en él, esto es el equilibrio de los objetos arquitectónico con el medio en donde se insertan.

El Convenio de Florencia crea un nuevo marco intelectual compartido para un concepto que ha sido durante mucho tiempo una “noción resbaladiza”, el difícil consenso alcanzado con dicho acuerdo internacional puede servir para afrontar la protección patrimonial y la “gobernanza territorial”.

Gobernanza territorial y protección patrimonial que siguen empeñadas cada vez con menos argumentos en no contemplar el equilibrio que proporciona el “paisaje” a la hora de intervenir en los contenedores arquitectónicos o espacios emblemáticos de nuestras ciudades históricas, y que tienen como consecuencia inmediata la desconexión de la población con el argumento sostenible de la historia.

La elección de la situación y el emplazamiento en las ciudades que hoy son Patrimonio Mundial se hacían desde un minucioso conocimiento del territorio.

Existen sin embargo numerosos ejemplos de fracasos o abandonos de lugares explicados por causas diversas, pero la continuidad de innumerables asentamientos antiguos muestra con gran frecuencia la sabiduría y el acierto tomados en las diferentes opciones. En el caso de los asentamientos a los que se le atribuyeron funciones estratégicas (de dominio, defensivas) o simbólicas (santuarios, templos, necrópolis), la localización es escogida no sólo por sus ventajas posicionales generales y productivas, sino también por razones de prestigio.

Tener en cuenta el contexto territorial y paisajístico de los lugares y plazas claves en una ciudad histórica, nos ayuda a mantener ese alto valor significativo que la población viene atribuyéndole de generación en generación,

siendo la autentica sostenibilidad de esos espacios sus relaciones de intervisibilidad; es decir, con las capacidades que se adquieren tanto al poder ver y observar el espacio próximo (cuenca visual) desde el sitio elegido (visión desde dentro a fuera), como de ser visto (visión desde afuera). Figura 3.



Figura 3. Nuevo edificio de Juzgados en La Plaza del Adelantado (San Cristóbal de La Laguna). Fotografía de Miguel Angel F. Matrán

El emplazamiento determina en multitud de ocasiones la forma del asentamiento en sus dimensiones básicas (extensión, forma, altura, volumetría) y establece pautas significativas para las alineaciones de edificios significativos, calles, plazas etc. Así nos lo confirman los estudiosos sobre la morfología urbana.

En el ámbito de la intervención patrimonial siguen siendo portada de los periódicos las continuas intervenciones que provocan una “contaminación visual” de nuestros bienes culturales. La alteración del acceso visual a un determinado recurso paisajístico, bien natural como urbano sigue provocando controversias entre la población y dudas en los legisladores.

Entre otras últimamente nos hemos encontrado en algunas de nuestras ciudades o lugares declarados Patrimonio Mundial perturbaciones o

alteraciones de continuidades visuales que han causado debates mas o menos importantes, pero que confirman la idea de que en la medida de lo posible se deben eliminar las interrupciones de “continuidad visual” en los elementos tanto físicos como espaciales de los lugares que tienen un alto valor significativo para la población, ya que ello favorece el que la población se siga reconociendo en ellos, lo que acarrea un mayor conocimiento y por lo tanto una mayor sensibilidad a la protección.

Todo esto nos confirma en la idea de que en las ciudades históricas fundamentalmente la delimitación y articulación del ámbito paisajístico deben contemplarse a través de un Plan Especial.

En el caso de Andalucía la Ley de Patrimonio Histórico establece que “el entorno de los bienes inscritos como de interés cultural estará formado por aquellos inmuebles y espacios cuya alteración pudiera afectar a los valores propios del bien de que se trate, a su contemplación, apreciación o estudio, pudiendo estar constituido tanto por los inmuebles colindantes inmediatos como por los no colindantes o alejados”.

La referencia a la “contemplación, apreciación o estudio” nos remite al universo de los recursos paisajísticos. Parece claro que la delimitación del entorno de cualquier bien de interés cultural constituye una potente herramienta para la preservación de los recursos paisajísticos propios de los bienes de interés cultural.

La elección de “destinos” en las ciudades Patrimonio Mundial también tiene coincidencia con la teoría “Smart” (las smartcities) que preconiza el desplegar infraestructuras en su mayoría invisibles que permitan prestar nuevos servicios para mejorar la calidad de vida de los habitantes. Por ejemplo, en la isla del Hierro tras las erupciones volcánicas submarinas y como alternativa para recuperar el turismo se impulsa la creación del primer “Geoparque de Canarias”. Volvemos a la alternativa del paisaje como equilibrio con recorridos geolocalizados que ofrecen a un público europeo en crecimiento debido a la realidad demográfica la alternativa sostenible del *“equilibrio con el entorno”*.

Conseguir este equilibrio debe basarse en la participación de los agentes sociales que han tenido que ver en la historia reciente como en el momento actual. Los participantes deben ser actores y entidades presentes, independientemente de su peso y función- en el conjunto de la estructura social, económica y política de nuestras ciudades-, incluyendo no sólo a los protagonistas de los discursos dominantes, sino también de aquellos otros

que plantean cuestiones alternativas, ya sean contrarias o diferentes, a las posiciones mayoritarias desterrando esa situación triste en la que se acaba imponiendo el “estas conmigo o contra mi”.

2 EL PAPEL DE LA REPRESENTACIÓN VISUAL EN LA FORMACIÓN DE LA IMAGEN DE LA CIUDAD

En el valor significativo del objeto arquitectónico, es de máxima importancia la representación visual que adquiere la imagen de la ciudad. La imagen es una abstracción que puede ser visual, mental o lingüística. La imagen visual se define como una figura, representación, semejanza o apariencia del objeto que representa y retrata, mientras que la imagen mental es una construcción del objeto percibida por los sentidos, donde se reconocen sensaciones, sentimientos y representaciones visuales.

Aunque no hace mucho tiempo se aseguraba que la superficialidad y la volatilidad de la imagen visual no podían competir con el texto o imagen mental en seriedad, profundidad y capacidad de interpretación. Esto hace a Gautier escribir: “Me quede durante mas de una hora en contemplación, intentado saciar mis ojos y grabar en el fondo de mi memoria la silueta de esta admirable perspectiva”. Lo decía contemplando la ciudad de Toledo.

De igual forma que Gautier José Antonio Labordeta en su visita realizada a La Laguna con objeto de ser investido Miembro de Honor del CICOP dijo: “La Laguna es una de las ciudades mas bellas de las que he conocido en todo el mundo”.

Esto nos obliga a cuidar con mucho esmero la representación visual de la imagen de nuestra ciudad.

“La importancia progresiva que la imagen visual ha adquirido en nuestras ciudades históricas amenaza incluso al sagrado reino de las palabras, al sustituirse el recurso de la evocación, que se sirve de la palabra, por el de la representación que lo hace de la imagen”.

Aun así, debido al turismo, nuestras ciudades históricas tienden a la escenografía y a los valores inventados que buscan la rentabilidad a consta de la autenticidad.

En cualquier ciudad es posible un despliegue de expectativas que no parecen tan valiosas como son porque ya estamos acostumbrados a ellas

Y si no vean el ejemplo en Canarias de San Sebastián de la Gomera, el 5/3/2011 el diario el País incluía en sus páginas en un alarde de representación visual la imagen mental sobre San Sebastián de La Gomera con el siguiente titular: *“Un puerto antiestres”*

Pescado fresco, sosiego y mucha historia en un rincón apartado del turismo de masas y del urbanismo descontrolado. San Sebastián de La Gomera, el refugio apacible de Colón

La conservación es, entre otras cosas, una actitud que se ha ido inhibiendo en las últimas décadas a medida que la acción de las instituciones se incrementaba. Cada intervención directa sufragada con dinero público, a través de los múltiples mecanismos de la Administración, llega al patrimonio en la mayoría de los casos desprovista de análisis, método y explicación, y solamente asociada a la cantidad invertida mas o menos justificada (casi siempre con carácter de urgencia).

3 EL AGOTAMIENTO DE LA ACCIÓN INSTITUCIONAL

Los recursos de la sociedad, a través de sus impuestos o mediante otras vías, distan mucho de estar correctamente canalizados y capitalizados. La preferencia, cada vez más extendida en toda la Comunidad, por las restauraciones cuya inversión se mide por centenares de millones, es una tendencia inversamente proporcional al deterioro del enorme patrimonio no atendido que sigue esperando una respuesta mientras aumentan sus problemas de alteración.

Por otro lado, esta misma tendencia no tiene futuro a medio plazo, puesto que los recursos necesarios para intervenir a la manera tradicional - esto es, mediante restauraciones- sobre un elegido y selecto grupo de bienes, superan las dotaciones presupuestarias que, razonablemente, se manejan en el cada uno de los municipios. *(se dan casos de presupuestos desorbitados para la restauración de una cúpula y no tener presupuesto para la restauración del reloj que alberga la misma).*

La acción tradicional de la Administración, con arreglo a la vigente Ley de Contratos de las Administraciones Públicas -y a la anterior- sigue explotando un modelo ya agotado y que no se ajusta al enfoque necesario para un proyecto de intervención.

3.1 La desvinculación de los agentes sociales con respecto a su patrimonio.

La sociedad está cada vez más alejada de su patrimonio en un sentido real. La herencia histórica es, para la gente, motivo de un orgullo que se limita al enunciado de una sede de tópicos, pero que no supera este umbral.

3.2 El progresivo desconocimiento del patrimonio.

El ciudadano conceptúa el casco antiguo o las ruinas de una iglesia como algo valioso, pero cuyo mantenimiento se pone continuamente en duda, o es imposible de abarcar por la situación económica actual. Posiblemente la verdadera explicación de esta actitud está, por un lado, en la acción de la Administración, y de otro, en el desconocimiento de los mecanismos que habría que poner en práctica para que ese patrimonio no se pierda.

Esa acción de la Administración, a la que hemos aludido, no sólo es aislada, sino que se impone como la única posible. En los últimos años se está desarrollando una línea de actuación que intenta convenir con todo tipo de titulares la inversión pública para el patrimonio, recabando una colaboración económica que antes no existía.

La defensa del patrimonio monumental, hecha por las instituciones se encuentra con un obstáculo clave, y es la creencia de un sector de la población que justifica la “eutanasia” de parte del patrimonio, admitiendo una realidad supuestamente irremediable como es el- que la Administración es incapaz de contener ese pretendido plazo de caducidad que parece que acecha a nuestro patrimonio y que actúa por su cuenta.

4 CONSIDERACIONES FINALES

Los pueblos han de aspirar a transmitir su patrimonio cultural con toda la riqueza de su autenticidad y con toda la carga de su valor significativo

La idea del paisaje y su relación con los objetos arquitectónicos ha estado rondando en los propósitos de las autoridades competentes que no han acabado

de decantarse todavía por el equilibrio entre los objetos y el medio donde estos se insertan, lo que ha provocado continuamente opiniones encontradas sobre la pérdida del valor significativo de lugares con alto valor patrimonial por ignorar el “paisaje”, por ignorar la relación del paisaje con los objetos y sobre todo por ignorar lo más importante que es el reconocimiento de los individuos a su patrimonio cultural a través de esta relación medio y objetos. El Convenio de Florencia o Convenio Europeo del Paisaje vincula la idea de paisaje “a todo el territorio” abarcando áreas naturales, rurales y urbanas”, comprendidas las “zonas terrestres, marítima y las aguas interiores”, al tiempo que señala que deben considerarse paisajes tanto los lugares excepcionales como los comunes y cotidianos e, incluso los degradados.

5 BIBLIOGRAFIA

CABALLERO SÁNCHEZ, Juan Vicente I (et al.). *El Paisaje en el conjunto arqueológico Dólmenes de Antequera*. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico. (2011)

CARLOS ALONSO VILLALOBOS (et al.). *Guía del Paisaje cultural de la Ensenada de Bolonia, Cadiz*. Avance. PH Cuadernos 16. Junta de Andalucía. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. (2004)

ICOMOS-IFLA (International Council on Monuments and Sites – International Federation of Landscape Architects). *Carta de Florencia* (1982)

INSTITUTO ANDALUZ DE PATRIMONIO HISTÓRICO. PH Cuadernos. *Espacio público, ciudad y conjuntos históricos*. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. (2008).

INSTITUTO ANDALUZ DE PATRIMONIO HISTÓRICO. PH Cuadernos. *Paisajes y patrimonio cultural en Andalucía*. Tiempo, usos e imágenes. Volumen I. Junta de Andalucía. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. (2010)

JORNADAS SOBRE REHABILITACIÓN URBANÍSTICA. *El casco viejo motor de futuro de Bermeo*. Berueta, Bermeoko Udala (2001).

EY PÉREZ, Julia. *La intervención de Bulevar Marx en el paseo de Copacabana: un patrimonio contemporáneo*. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. (2011)

TROITIÑO VINUESA, Miguel Ángel. *Ciudades Patrimonio de la Humanidad: Patrimonio, Turismo y Recuperación urbana*. Universidad Internacional de Andalucía. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura (2008)



QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE RESTAURO: A VIABILIDADE DA RESTAURAÇÃO

Beatriz Mugayar Kühl

RESUMO: Este texto tem por intuito pontuar alguns temas relevantes para a restauração hoje, por meio da análise da bibliografia e de casos de intervenção, enfatizando três aspectos: mostrar certas tentativas de desqualificação do campo do restauro no Brasil, explorando algumas das causas desse fenômeno; caracterizar o restauro como campo disciplinar, com intuito de reafirmar a sua pertinência e que existem diversas possibilidades de abordagem; por fim, o objetivo é mostrar que restaurações bem-feitas e bem fundamentadas nos referenciais teórico-metodológicos do campo são viáveis do ponto de vista econômico e técnico.

Palavras-chave: Restauração. Preservação. Teoria da restauração. Projeto arquitetônico.

ABSTRACT: This text discusses some relevant issues related to the field of preservation today, analyzing the bibliography and some interventions. The aim is to emphasize three aspects: to show that there are attempts to disqualify the field of restoration in Brazil, exploiting some of the causes for this phenomenon; to characterize restoration as a disciplinary field, with the intent to reaffirm its significance and its several possible approaches; lastly, the purpose is to show that good restorations, based on theoretical and methodological references of the field, are viable, both economically and technically.

Keywords: Restoration. Preservation. Restoration theory. Architectural Project.

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por intuito, sem a pretensão de esgotar o assunto, pontuar alguns temas relevantes para debater a restauração nos dias de hoje, enfatizando três aspectos que correspondem à estrutura da discussão. O

primeiro deles, a restauração sob fogo cruzado, procura mostrar alguns dos processos de desqualificação do campo do restauro, que vem sendo, no Brasil, cada vez menos levado em conta na forma com que lidamos com os nossos bens culturais, explorando algumas das causas desse fenômeno; pretende-se enfatizar que seus referenciais, ao contrário, deveriam ser a base de reflexão. O segundo diz respeito à caracterização do restauro como campo disciplinar, com o objetivo de reafirmar a sua pertinência e as diversas possibilidades de abordagem que existem dentro do próprio campo. O restauro tem instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operacionais que dão conta de uma série de questões envolvidas na intervenção em bens de interesse cultural. Além do mais, no caso do restauro arquitetônico, é evidenciada a articulação do campo disciplinar com o projeto arquitetônico. E, por fim, é explorada a viabilidade da restauração, de modo a contradizer a ideia cada vez mais aventada da suposta (ou atribuída) inviabilidade da restauração e mostrar que uma restauração fundamentada é viável do ponto de vista econômico e técnico.

Antes de passar à discussão, cabe um esclarecimento sobre o sentido que está sendo dado à palavra restauro neste texto, algo necessário devido a linhas diversas de pensamento e a formas distintas como as palavras são usadas nos diversos ambientes culturais. A palavra preservação, no Brasil, assim como na França, possui um sentido lato e abarca grande variedade de ações, como inventários, registros, leis de tombamento, educação patrimonial e intervenções nos bens para que sejam transmitidos ao futuro da melhor maneira possível. As intervenções em si assumem denominações variadas, podendo, como explicitado na Carta de Veneza, adotada pelo Icomos (International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), órgão consultor da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura), ser caracterizadas como manutenção, conservação e restauro, com graus crescentes de ingerência sobre o bem. Ou, por exemplo, serem sintetizadas na palavra restauro, sentido adotado neste texto¹.

1 Essa é a proposta de Cesare Brandi, por exemplo. Existem outras linhas, com raízes no pensamento de John Ruskin e Alois Riegl, que caracterizam conservação e restauro como ações de natureza diversa. Neste texto, será discutida a necessidade de utilizar preceitos teóricos para guiar atuações práticas, qualquer que seja a definição dos termos adotada. É bom lembrar que, em Portugal, a palavra conservação é usada também com um sentido abrangente, semelhante ao uso da palavra preservação no Brasil. Para a transformação do pensamento sobre interven-

A restauração, como campo disciplinar, forja seus instrumentos teóricos e técnico-operacionais ao longo de muitos séculos, num contínuo intercâmbio entre teoria e prática. Os preceitos teóricos que deveriam guiar as ações práticas, como construídos no campo, derivam dos motivos que nos levam a preservar. Algo que hoje fazemos por diversas razões, ampliando, por exemplo, a abordagem do século XIX, muito centrada nas obras de excepcional valor artístico e importância histórica. Temos, em especial, as razões de cunho cultural, entendidas num sentido muito alargado, contemplando aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais. Outra das motivações é de viés científico, pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber. E, ainda, as razões éticas (GERMANN, 2009; KÜHL, 2011), intimamente relacionadas às anteriores, por não termos o direito de apagar aleatoriamente os traços de gerações passadas e privar o presente e as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores e de seu papel simbólico e de suporte da memória coletiva.

A preservação, hoje, é voltada aos mais variados tipos de bem, não mais se centrando em obras excepcionais; estende-se, também, como colocado no artigo 1º da Carta de Veneza (1964) “às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”. Tendo consciência daquilo que motiva a preservação, as ações de restauro têm por intuito: transmitir os bens culturais da melhor maneira possível para o futuro, considerando a sociedade de maneira ampla (e não apenas setores restritos) e o tempo na longa duração, respeitando seus aspectos materiais, documentais e formais e as marcas da passagem do tempo. Esse processo é necessariamente multidisciplinar, e isso não pode permanecer letra morta nas ações de restauro; deve ser uma premissa de trabalho e base para elaboração do projeto. Neste texto, portanto, a palavra restauro é associada a formas de atuar nos bens culturais, fundamentadas nos princípios teórico-metodológicos do campo, levando em conta aquilo que motiva a preservação.

ções em bens culturais e para circunstanciar de maneira mais adequada o debate atual, ver: CARBONARA, 1997; CHOAY, 2001; JOKILEHTO, 1999; SCARROCCHIA, 1995.

2 A RESTAURAÇÃO SOB FOGO CRUZADO: AS TENTATIVAS DE DESQUALIFICAR O CAMPO

A restauração, nos dias de hoje, vem sofrendo ataques de várias ordens, provenientes das mais diversas motivações. Serão apresentadas, a seguir, algumas delas.

Uma das formas de desqualificação não é um ataque direto e, talvez, nem mesmo deliberado, mas provém do desconhecimento da existência do campo disciplinar. Existe um grande número de profissionais, de várias áreas, que atuam em bens culturais e nem sabem da existência de um campo disciplinar que se ocupa deles, que tem referenciais teórico-metodológicos e técnico-operacionais que devem ser interpretados para a situação atual e para o caso específico. Ao desconhecer, ou desconsiderar, a existência do campo, muitas ações resultam em problemas sérios de falta de respeito pelos aspectos materiais, documentais, de conformação, memoriais e simbólicos dos bens a serem preservados.

Outro foco de problemas é gerado pela falta de clareza em relação aos conceitos e instrumentos envolvidos no campo. Uma primeira grande dificuldade é relacionada ao fato de o conceito de restauração, no campo disciplinar do restauro, ter assumido conotação muito diversa da acepção comum da palavra restauro, que é associada à volta a um estado original. No campo disciplinar, porém, por um longo e complexo processo através do tempo, o conceito se distancia dessa acepção comum e reconhece o respeito pelas várias fases de uma mesma obra, as marcas da passagem do tempo e a licitude de manifestações contemporâneas, desde que isso seja feito com respeito pela estruturação da obra, ou do conjunto de obras, ao longo do tempo. O restauro consolida-se como ato conceitual que depois se torna operacional; ou seja, não é mera operação técnica e, no caso do restauro arquitetônico, exige projeto que prefigure e controle a ação (CARBONARA, 1992). Há plena consciência de que não é possível congelar a obra num estado qualquer, e, desse modo, o projeto é o modo de endereçar as transformações que sempre ocorrerão.

Além desse problema de base, existem confusões de várias ordens no que respeita aos instrumentos teóricos. Apenas a título de exemplo, tomemos as cartas patrimoniais. É comum, na produção científica brasileira, colocar no mesmo plano várias cartas, sem a devida abordagem crítica, passando aleatoriamente de partes de um documento para trechos de outro, como se elas fossem um coletivo plural coerente. São tratadas como convergentes coisas

tão distintas quanto a Carta de Quito, de 1967, a Carta e a Declaração de Amsterdã, de 1975, feitas respectivamente pela Organização dos Estados Americanos e pelo Conselho da Europa, com finalidades diferentes e em épocas diversas. A confusão é estendida até mesmo para documentos de uma mesma instituição, como o Icomos, criado em 1965, que adota a Carta de Veneza, de 1964, como seu documento de base. A visão de restauro na Carta de Veneza é a explicitada acima, de apreço pelas diversas fases da obra, com respeito por sua materialidade e conformação como transformadas ao longo do tempo. São misturadas a Carta de Veneza e a “Carta” de Nara (que não é Carta, mas Documento) sobre a Autenticidade, de 1994. Uma carta internacional tem caráter indicativo e/ou prescritivo, jamais normativo, pois os princípios ali presentes devem ser interpretados para a realidade cultural e legislativa dos diversos países (algo que nunca fizemos no Brasil), que podem acatá-los e integrá-los em maior ou menor medida, segundo as próprias tradições. Tomar as colocações ali presentes como algo impositivo é um grande equívoco. E, ademais, contém princípios e indicações, de enunciado sucinto, que devem ser interpretados para os casos específicos e constituir a base deontológica de atuação; ou seja, não é um receituário a ser aplicado de modo direto na prática. Suas propostas são de difícil interpretação se não forem entendidas em relação ao contexto de discussões que está na sua origem. Uma declaração, por sua vez, tem por intuito apresentar o estado da arte de uma dada discussão e oferecer subsídios ao debate, mas não tem o caráter indicativo e prescritivo de uma Carta. Outra confusão comum é associar indistintamente a Carta de Veneza com a Carta de Burra, do Icomos-Austrália, documento de grande interesse e que deve ser devidamente examinado. Mas essa última Carta não é referendada pela Assembleia-Geral do Icomos, ou seja, não é validada para todos os países-membros, pois tem em sua base um conflito com a definição de restauro da Carta de Veneza. Na Carta de Burra, a restauração significa restabelecer uma obra “em um estado anterior conhecido, removendo acréscimos ou reunindo componentes existentes, sem introdução de novos materiais” (ICOMOS-Austrália, 1999). Essa visão, que permanece no mundo anglófono, é diversa da noção de restauro construída no campo disciplinar e adotada pelo Icomos, órgão assessor e consultor da Unesco, inclusive para o Patrimônio Mundial, cuja convenção é assinada pelo Brasil².

2 Para uma abordagem do papel das cartas patrimoniais e análise da Carta de Veneza, ver: KÜHL, 2010. Para mais informações sobre a carta, ver ainda: PANE, 2010.

Claro está que todos esses documentos são de enorme interesse, mas estão longe de constituir um conjunto coerente, existindo, entre eles, diversas contradições – justamente por serem elaborados em períodos distintos, por organismos e grupos diferentes, com diversas finalidades, tendo, portanto, intenções e repercussão bastante variadas – a serem devidamente pesadas e evidenciadas a partir de uma rigorosa análise.

Não se deve, como ocorre com frequência, retirar uma frase de uma carta (sem remeter ao artigo em sua inteireza, nem à carta como um todo) e associá-la a outros trechos de outras cartas para constituir, em processo de frouxidão teórico-metodológica, uma pseudo-justificativa, feita de retalhos teóricos, que tem por intuito validar uma postura pessoal. Essa atitude não tem relação com uma análise rigorosa dos documentos, pois recorre a eles para conferir autoridade a uma opinião pessoal, que não se sustenta à luz de uma crítica epistemológica. A análise das cartas, assim como de outros documentos que tratam da temática, deve ser feita de maneira orgânica e fundamentada em métodos de interpretação filiados à gnosologia e hermenêutica, que possibilitam compreender uma formulação de modo mais profundo. Esse tipo de aproximação deve ser feito em relação a todos os textos para elaborar uma interpretação pertinente, não redutiva e nem parcial, que leva a enganos.

Não se trata, como pode parecer a alguns, de obediência cega a referências exógenas e sem relação com a cultura brasileira da atualidade; trata-se de aproveitar um arcabouço teórico construído ao longo de séculos – e não simplesmente negá-lo ou deformá-lo segundo os próprios interesses – para refletir, a partir de instrumentos consistentes que existem e que podem ser úteis se reinterpretados de modo fundamentado para a realidade brasileira, assim como ocorre em vários outros campos do conhecimento em geral, e da arquitetura em particular. Convém lembrar que o fato de muitas referências virem da Europa não significa que sejam desprovidas de relações com a realidade brasileira, por existirem raízes culturais comuns, por se utilizar a memória – do ponto de vista psicossocial, apesar das muitas especificidades dos vários ambientes culturais – de maneira semelhante, pois estamos filiados a uma noção linear do tempo, de raízes judaico-cristãs³.

3 A linearidade do tempo deve ser entendida como contraposição à visão de circularidade; ou seja, uma noção associada à ideia de que o tempo não volta atrás, e não como percepção “achatada”, de mera sucessão cronológica, contestada pela historiografia. Sobre o tema e para bibliografia complementar, ver: LE GOFF, 2003.

Outro fator que coloca a restauração sob fogo-cruzado são as divergências internas ao campo; é necessário explicitar que existem e sempre existiram diversas formas de pensar o restauro, algo corrente, legítimo e necessário em qualquer campo disciplinar. As atuais vertentes ligadas à restauração⁴ são resultado de desdobramentos pluriseculares no campo. Um problema que pode ser detectado no Brasil, porém, é que estamos caindo num reducionismo indesejável em relação aos referenciais teóricos, como é possível perceber pelos problemas de interpretação apontados acima, que se estendem desde a visão sobre questões mais simples até a outras mais complexas. Em vez de reconhecer que as diferentes posturas no campo disciplinar (as formulações que de fato pertencem ao campo) têm suas especificidades, têm divergências, mas também podem ter bases comuns, temos assistido a tentativas de desqualificar determinados instrumentos teóricos, por vezes de maneira jocosa e sem fundamentação. Em vez de unir esforços, num campo já tão combalido, para debater os instrumentos teóricos do restauro de modo fundamentado para a realidade hoje no Brasil, algo que nunca fizemos de modo sistemático – sem a pretensão de buscar um caminho unívoco, reconhecendo as diferenças e pluralidades, mas também evidenciando as bases comuns –, está ocorrendo uma guerra intestina que parte, às vezes, para a desqualificação do interlocutor e não para explicitar o próprio ponto de vista. Algo que, retomando o vocabulário belicoso adotado neste item, equivale a um tiro no pé. Por fim, um último aspecto a ser enfatizado é que, pelo fato de a preservação fundamentada impor certos limites às intervenções nos bens culturais – limites derivados das razões por que preservamos que resultaram em propostas teóricas e experimentações práticas, ao longo de muitos séculos –, o restauro é considerado instrumento insuficiente e inadequado para que o bem possa ser inserido na realidade socioeconômica e cultural contemporânea. Esse preconceito vem de vários setores (políticos, mercado imobiliário etc.). Especificamente no que respeita aos arquitetos, muitos acham que o projeto de intervenção deva ter total liberdade para se manifestar, de maneira completamente autônoma em relação ao contexto existente: não apenas sem respeito pelos aspectos materiais, de conformação e histórico-documentais do edifício ou área, mas também, muitas vezes, sem considerar o contexto cultural, social, os anseios da comunidade (e até mesmo os do comitente), as

4 Ver, por exemplo, no que respeita ao caso italiano, a construção historiográfica feita por: CARBONARA, 1997, p. 393-439. Ver ainda MIARELLI MARIANI, 2000. Para mais referências bibliográficas, ver KÜHL, 2009.

formas de uso, de apreensão e de sociabilidade. Não fazem o paralelo com o projeto do novo, em que também existem fatores que condicionam o partido de projeto (as dimensões do terreno, o programa, o orçamento, a legislação etc.), mas não anulam o ato criativo; pelo contrário, as limitações devem ser encaradas como impulso para renovadas soluções. Do mesmo modo, o restauro tem também condicionantes, que derivam das razões por que preservamos, que devem ser explorados de modo inteligente e propositivo para atingir uma renovada configuração da obra, que contemple questões econômicas e de uso, mas que não as tomem como fatores únicos e determinantes de modo isolado.

Encarar a preservação fundamentada como algo que apenas limita a ação, impede o uso de recursos criativos e inviabiliza a adaptação da obra para as reais necessidades contemporâneas é visão redutora e equivocada do problema, que mostra desconhecimento (ou uma deliberada desqualificação) do que é a restauração como entendida no campo disciplinar. Muitos buscam contornar o problema com uma série de “novos” termos, que têm aparecido com frequência, mas que não sobrevivem à luz de uma acurada crítica epistemológica, como, por exemplo, “requalificação”, “recuperação”, “reciclagem”, e outras “regurgitações lexicais”, como qualificadas por Gaetano Miarelli Mariani (2003).

3 A RESTAURAÇÃO: CAMPO DISCIPLINAR E PROJETO ARQUITETÔNICO

É necessário reiterar a necessidade de utilizar os preceitos teórico-metodológicos relacionados com a preservação, consolidados ao longo de vários séculos de experiências e reflexões, para fazer com que o projeto de intervenção se torne verdadeiro ato de cultura (BONELLI, 1959), que se afasta de interesses imediatistas e contempla a comunidade de forma mais abrangente, considerando o tempo na longa duração. Os aspectos teórico-metodológicos e técnico-operacionais da restauração são fruto de lenta maturação – com suas origens mais próximas no século XV⁵, passando por renovado amadurecimento a partir de

5 A questão, na verdade, é relatada desde a Antiguidade, mas assume maior consistência a partir do século XV. Para exemplos anteriores, além da bibliografia citada na nota 1, ver, por exemplo: PERGOLI CAMPANELLI, 2014.

meados do século XVIII –, sendo resultado de numerosas experiências práticas, elaborações de preceitos teóricos, de inventários e de leis, que acabaram por consolidar o restauro como campo disciplinar autônomo, mas jamais isolado, pois necessita da articulação de vários campos do saber (KÜHL, 2009). Françoise Choay (2011) mostra que o processo de preservação supõe o uso de dois instrumentos específicos: uma construção normativa, dando ao projeto seu estatuto institucional; e uma disciplina, solidária e tributária dos saberes históricos na hora da atuação prática, a restauração, que constrói seus instrumentos ao longo do século XIX e adquire seu estatuto epistemológico no início do século XX, com Alois Riegl.

O ato de intervir em bens culturais de modo fundamentado – o restauro – tem metodologia, princípios teóricos e procedimentos técnico-operacionais que lhe são próprios e resultam da reflexão sobre os motivos pelos quais preservamos e de experimentações pluriseculares, essenciais para circunscrever os próprios objetivos da ação, repercutindo na escolha dos meios técnico-operacionais, para que a ação não se torne arbitrária, mesmo devendo ser problematizada. Na prática, as soluções variam por causa das diversas correntes de pensamento e porque os meios empregados na fase operacional são diferentes: cada obra, ou conjunto de obras, tem sua própria configuração, materialidade e peculiar transcurso ao longo do tempo. E, ademais, no restauro, um mesmo problema pode ter distintas soluções; no caso do restauro arquitetônico, tantas quantas forem os arquitetos que se debruçarem sobre o problema. Mas o que importa é que essas soluções sejam atinentes ao campo, mesmo tendo sempre pertinência relativa, pois não existe uma única solução aceita de modo universal e atemporal, mas várias possíveis soluções de pertinência relativa.

A restauração é conjugada no plural: os caminhos para atingir os objetivos da preservação não são unívocos, verificando-se variadas tendências. Mas essa diversidade de soluções possíveis não implica que qualquer ação feita num bem cultural seja preservação de fato: a verdadeira preservação deve ser justificável do ponto de vista das razões de preservar. Existe um campo de pertinência delimitado pelos aspectos teóricos e metodológicos relacionados à restauração entendido como ato ético-cultural, pois mesmo na diversidade das correntes atuais, existem princípios e critérios comuns (não regras fixas) que conformam o campo de ação, ajudando a circunscrever aquilo que realmente é pertinente ao campo e separando do que exorbita completamente de seus temas, métodos e objetivos.

É importante notar, ainda, que os meios técnico-operacionais são essenciais e devem ser arduamente debatidos e pesquisados, mas não podem ser entendidos como desvinculados das discussões mencionadas acima, pois um dos riscos que hoje corremos é o de excessiva especialização, de fragmentação do conhecimento, que leve a uma fé cega no tecnicismo.

Preservar deve ser, sempre, um processo multidisciplinar, tanto na fase de identificação do que é um bem cultural – que venha por via erudita (história da arquitetura, social, da técnica, da engenharia, econômica, antropologia, sociologia etc.) ou através da apreensão de anseios das comunidades – quanto naquilo que deve ser mantido num bem, mesmo que a parte operacional seja executada por uma só pessoa. O restauro é necessariamente ato ancorado nos vários campos disciplinares, no pensamento crítico e científico do momento em que é feito. A vinculação às humanidades é essencial para quem atua na preservação, pois possibilita superar atitudes ditadas por predileções individuais, que qualquer ser pensante possui, e por uma maior ou menor apreciação de um grupo social, num presente histórico, em relação às manifestações culturais de outros períodos, e que se aja de acordo com sólida deontologia profissional.

O fato de os critérios para intervir e para identificar os bens culturais variarem com o tempo – o próprio inventário é fruto do momento em que é elaborado – não é escusa para um dado presente histórico deixar de agir de maneira consciente. A variação de critérios mostra, justamente, a necessidade de atuar de modo fundamentado nos instrumentos cognitivos que o próprio presente possui, procedendo com o rigor metodológico próprio às humanidades. No entanto, muito daquilo que se faz em bens culturais não leva em consideração os objetivos do campo e, na prática, acaba-se por desrespeitar aquilo que se diz querer preservar. As tendências atuais que possuem de fato caráter cultural e procuram seguir os objetivos da preservação são alicerçadas em pelo menos dois séculos de reflexões sistemáticas sobre o tema, confrontadas com experiências práticas, num contínuo processo de retroalimentação.

Como exemplo de intervenções fundamentadas de restauro atualmente, é possível seguir os resultados do Prêmio Domus de Restauro (criado em 2010)⁶, cuja ênfase é a relação propositiva entre restauro e projeto respeito-

6 As informações sobre o prêmio e sobre os projetos premiados nas várias edições estão no sítio do Prêmio: <http://www.premiorestauro.it/>.

so, que dialoga com o existente. A arquitetura é uma linguagem, e os projetos devem saber “ler” o espaço estratificado, utilizando-o como dado, e desenvolver linguagem inovadora para responder aos problemas colocados, sem recair na imitação, nem na competição. Os projetos premiados com medalha de ouro, de prata ou menção honrosa mostram diversas possibilidades de resposta aos complexos problemas colocados para o restauro na atualidade, tanto para obras modestas quanto para as grandiosas, para bens isolados ou para complexos que se estendem na escala urbana. É ainda de enorme interesse acompanhar os êxitos dos Editais do Programa de Ação Cultural (Proac) da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo⁷, que oferece financiamento para projetos de restauração para imóveis tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Os projetos são escolhidos por concurso, ou seja, pela análise comparativa de várias respostas para o mesmo problema, elegendo a mais pertinente, com resultados de grande interesse.

Nas intervenções em edifícios (ou áreas) de interesse cultural, estudos multidisciplinares são uma premissa, condição necessária para uma atuação respeitosa, mas não suficiente de modo isolado. É necessário também desenvolver um bom projeto arquitetônico, a partir de pormenorizada leitura da estrutura formal da obra, como transformada pelo tempo, e da paisagem em que está inserida. É preciso ouvir e enxergar “o outro”, para que o projeto se relacione com o existente de modo pertinente e prospectivo, articulando-se com a preexistência, sem negá-la, obliterá-la ou imitá-la, a fim de propor uma renovada e respeitosa sintaxe.

4 A VIABILIDADE DA RESTAURAÇÃO *VERSUS* SUA SUPOSTA INVIABILIDADE

Apesar de existirem variados exemplos de intervenções pertinentes ao campo do restauro que dão conta de uma série de questões, articulando teoria e prática, é recorrente uma atuação respeitosa ser taxada de inviável, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista técnico. Uma grande polêmica, iniciada em 2010, diz respeito a um dos armazéns

7 Os dados podem ser obtidos no portal da secretaria: <http://www.cultura.sp.gov.br/>.

do complexo ferroviário no porto de Santos. Aconteceu num momento em que, por causa de transformações do sistema de ferrovias – privatizações de concessão de vias, extinção de companhias –, havia interesse dos órgãos de preservação (federal e estadual) pelas ferrovias como sistema, não mais voltando seus interesses apenas para o edifício de passageiros. O armazém pertencia à mais antiga ferrovia do Estado de São Paulo, a São Paulo Railway (SPR), cuja linha foi inaugurada em 1867 para ligar o porto de Santos à zona produtora de café em Jundiaí, passando pela cidade de São Paulo. Os armazéns em Santos eram cruciais no sistema de exportação-importação no Estado de São Paulo, tendo, por isso, sido ampliados no final do século XIX. Por eles passaram uma quantidade enorme de mercadorias, em especial o café, mas também os demais produtos destinados à exportação e, ainda, tudo aquilo que era importado, inclusive o maquinário fornecido às indústrias. São, portanto, importantíssimos na configuração do complexo ferroviário, com papel de relevo nas atividades agroexportadoras e no processo de industrialização do Estado e, apesar de alguns problemas de manutenção, estavam relativamente íntegros até 2010.

A preservação do conjunto foi aprovada pelo Condephaat em 2010, mas, em seguida, surgiram conflitos, pois um dos armazéns estava em área adquirida pela Petrobrás, que ali construiria seu novo complexo administrativo. O projeto arquitetônico de Ruy Rezende, atualmente em execução, previa a demolição parcial de um dos armazéns e manteve a decisão, apesar do tombamento, para a construção de três altas torres administrativas, alheias à escala da área portuária⁸. Esse conflito, em vez de gerar debate mais informado com acordo que poderia oferecer à Petrobrás outras áreas para construir na mesma zona da cidade, ou levar à revisão do projeto, aproveitando o armazém para parte das atividades administrativas, resultou, na reunião do Condephaat de 11 de abril de 2011, na revisão do tombamento e na demolição parcial do edifício. A percepção da arquitetura do armazém, limitada à sua terça-parte, foi mutilada, pois suas proporções foram radicalmente alteradas: passaram de 1:4 – ou seja, um retângulo alongado, com dimensões que permitiam, também do ponto de vista espacial, perceber a importância das atividades de exportação-importação no Estado – para 1:1,5, um remanescente apequenado e tendendo ao quadrado. A construção das torres administrativas interfere, ademais, na configuração do comple-

8 Para análise do problema, ver SOUKEF JR., 2013. Ver também os dados que constam do processo 62696/2010 no Condephaat.

xo ferroviário-portuário, inserindo elementos alheios à sua escala, e também na percepção do conjunto franciscano, vizinho da estação, com origens no século XVII. Segundo informações recentes, as obras da Petrobrás estariam afetando as estruturas da igreja e um cemitério do século XVIII (RATTON, 2013).

Os fatores que pesaram na decisão têm poucas relações com a preservação entendida como ato motivado por razões ético-culturais; uma solução alternativa, que preservasse o complexo e garantisse as legítimas necessidades da Petrobrás poderia ter sido encontrada. Os argumentos contrários à construção das torres, porém, foram vistos como passadistas, fetichistas, irrealis e contrários ao progresso⁹. Um fato irônico, que mostra ainda mais a incoerência da ação, foi a construção de um novo galpão, no mesmo complexo ferroviário, perto do armazém amputado, para abrigar o museu do Bonde.

Em vários exemplos recentes, é possível notar o quanto ainda é difícil compreender e respeitar os bens culturais: em sua composição, materialidade e transcurso ao longo do tempo; como fazendo parte de um sistema e pertencentes à realidade espacial estratificada ao longo do tempo. Esses elementos deveriam ser considerados como dados de projeto.

A dificuldade em pensar projetualmente a preservação de um bem cultural deriva de várias causas, entre elas, dois fatores associados: uma formação deficiente de nossos arquitetos, pois muitos atravessam seus anos na faculdade sem fazer exercícios de projeto alicerçados na preservação, em áreas ou edifícios de interesse cultural; e preguiça de pensar, pois uma abordagem que respeita a obra em suas várias estratificações, que respeita sua conformação e materialidade, que leva em conta, portanto, fatores mais complexos, exige mais empenho e um raciocínio projetual mais refinado¹⁰, muito diverso da mentalidade tábula rasa que ainda impera em nosso meio.

9 É necessário lembrar um caso de grande relevo para o Condephaat, que conseguiu evitar a demolição do colégio Caetano de Campos em São Paulo (tombado em 1975), durante a Construção do Metrô. O argumento para a destruição era a impossibilidade de alterar o traçado do ponto de vista técnico e dos custos. E, no entanto, diante da mobilização de diversos setores contrários à demolição daquele marco paulistano, outra solução foi conseguida e o colégio persiste no local.

10 Georg Mörsch (1995), ao analisar o fachadismo – ato de desventrar e desossar um edifício histórico –, lembra que um interesse escrupuloso e específico pelo projeto de intervenção em si e o respeito por todas as partes características dos bens vai contra a tendência a esquematizar, a standardizar e, sobretudo, opõe-se à preguiça mental.

Ponto nodal é também associado à viabilidade, custos e lucros, pois muitos imputam a uma intervenção criteriosa custos maiores e afirmam que os limites impostos na transformação do bem por uma “verdadeira” preservação tornariam inviável o reaproveitamento das obras (do ponto de vista econômico e de utilização).

Tomando como exemplo as transformações que estão ocorrendo no bairro da Mooca – bairro do mais alto relevo na história de São Paulo –, verifica-se que numerosos complexos industriais têm sido postos abaixo para a construção de condomínios residenciais¹¹. Em geral, vastas áreas são muradas, perdendo completamente sua relação com a rua. Muitos dos complexos destruídos tinham suas testadas no alinhamento da rua, com portas e janelas voltadas para a via pública, resultando em permeabilidade tanto visual, quanto de pessoas (o entrar e sair do espaço de trabalho ao longo do dia). Os atuais condomínios procuram se isolar o máximo possível da vida urbana da região: são protegidos por altos muros, favorecem a entrada e saída de automóveis e são espaços ensimesmados. Resulta disso uma via pública que se assemelha a um “descampado”, com pouco controle e interação social. Ademais, a ocupação é feita prevalentemente com torres de numerosos pavimentos, autônomas entre si, sem relação com a paisagem do bairro. O mercado homologa um só tipo de ocupação, a partir da tábula rasa, e uma forma de morar (apartamentos em edifícios altos), resultando no achatamento e empobrecimento da paisagem urbana e das variadas formas possíveis de habitar. Há uma perda enorme de diversidade – arquitetônica e social – no bairro quando as casas, os pequenos comércios, os armazéns, as indústrias (de variados portes), que foram construídos paulatinamente, vão, a olhos vistos, sendo derrubados para uma reocupação que segue uma única tipologia. Isso resulta na alteração radical de uma paisagem de grande interesse cultural, estratificada ao longo de mais de um século e que está empobrecendo rapidamente.

No entanto, soluções alternativas são possíveis. Num estudo para o complexo da antiga Companhia Antártica, no mesmo bairro da Mooca, o escritório Oksman Arquitetos Associados (2014) fez um acurado estudo do conjunto, com análise arquitetônica e da cronologia construtiva do complexo. A partir das análises, foi elaborada proposta em que parte significativa do conjunto é conservada (dos 67 mil m² de área construída, são preservados

11 Para as questões de restauro na escala urbana e para considerações sobre a preservação da paisagem industrial em São Paulo, ver: RUFINONI, 2013.

52 mil m²), propondo usos diversificados: habitação (826 unidades, das quais 266 em prédios existentes e as demais em novos prédios que respeitam a escala do conjunto); hotel; escritórios (236 unidades); estacionamento (1115 vagas); centro de convenções etc. Os edifícios do complexo são respeitados, com algumas demolições pontuais de construções recentes, acrescentados por razões práticas e sem o devido cuidado com o complexo; a escala é mantida; o coeficiente de aproveitamento obtido é elevado (3,10). A iniciativa, que teria tudo para dar certo (além do mais por não implicar em demolições extensas e, portanto, em elevados custos tanto da demolição em si quanto da remoção de entulho), que respeita o conjunto consolidado e faz com que arquitetura contemporânea se manifeste de forma respeitosa e complementar, provavelmente não será levada adiante em benefício de uma proposta que demole mais e ocupa a área com torres.

Max Dvorak (2008, p. 84), já em 1916, afirmava: “Vale lembrar ainda que, muitas vezes, a ‘modernização e embelezamento’ da cidade são apenas um pretexto, uma vez que a verdadeira motivação se encontra nos ganhos obtidos pelos especuladores imobiliários, em prejuízo da comunidade”. Infelizmente, até hoje não foram feitos exames comparativos detalhados de custos no Brasil, mas, tomando por base estudos realizados no exterior, uma restauração criteriosa não é necessariamente mais custosa do que uma intervenção mais invasiva¹². Restauros bem feitos podem custar menos do que “renovações” radicais e não inviabilizam o reaproveitamento da obra para funções contemporâneas, tanto no que respeita a questões práticas, quanto econômicas; pelo contrário. Ocorre que numa intervenção fundamentada, por ser fruto de processo multidisciplinar, que resulta em projeto e memorial pormenorizados – e isso não implica processo mais demorado, significa fase de estudos e de projeto mais ampla e obra mais curta, invertendo o que acontece atualmente, que são projetos resultantes de estudos insuficientes e obras que atrasam pois ocorrem muitos fatos não previstos –, os custos são mais

12 Exemplo é descrito por Simona Salvo (2006): a restauração das fachadas do arranha-céu da Pirelli, em Milão, projeto de Gio Ponti (construído entre 1956 e 1960). Estudos conscienciosos levaram a projeto fundamentado e obra bem-sucedida em prazos reduzidos (estudos: julho-dezembro de 2002; projeto executivo: março de 2003; obras concluídas em abril de 2004). O custo foi cerca de 20% menor do que o orçamento para a substituição da fachada contínua, apresentado por equipe de especialistas que considerara as fachadas originais irrecuperáveis do ponto de vista técnico e que, mesmo se o fossem, não teriam um desempenho de isolamento térmico e acústico adequado. As fachadas restauradas têm um desempenho técnico igual ou superior ao das melhores fachadas contemporâneas.

controláveis e implicam menos aditamentos orçamentários resultantes de aspectos não controlados anteriormente. A margem de lucro provavelmente será menor, mas, ainda assim, a operação será lucrativa e viável.

É essencial, portanto, não confundir viabilidade com lucro máximo, nem uma legítima necessidade de rentabilidade com ganância desenfreada.

Nesse rol de problemas, volta ao discurso a suposta inaplicabilidade de princípios teóricos. Os arquitetos, como profissional envolvido no campo e que têm atribuição de projetar intervenções em obras arquitetônicas de interesse para a preservação, devem pensar o porquê de sistematicamente, no que diz respeito à preservação, agir de maneira unicamente empírica e desvinculada da base teórico-metodológica do restauro, quando em outros campos de atuação isso não ocorre. É impensável, em avaliações pós-ocupação ou no planejamento participativo situacional, por exemplo, fazer análises ou propostas que não tomem por base os instrumentos teórico-metodológicos desenvolvidos para tal (e ninguém é acusado de se basear em referenciais exógenos e desvinculados da realidade brasileira nesses campos). Mas no que respeita ao restauro, é necessário meditar sobre as razões de sistematicamente atuarmos sem critérios e, assim, transformarmos o “cada caso é um caso” da preservação – pelo fato de cada obra ter conformação, materialidade e transcurso ao longo do tempo peculiar – em “cada um faz o que quer” e, principalmente a quem isso interessa. A intervenção, ao contrário, deve partir de via deduzida dos princípios teóricos e metodológicos do restauro (e não de uma via induzida unicamente, de modo empírico, a partir do objeto) e depois se voltar para as especificidades de cada obra.

Ao decretar uma ação como inviável, por vezes, apenas se escamoteia o que motiva a afirmação, que é a ganância. Dados da Transparency International, ONG que trata da corrupção no mundo, citados por Joseph Rykwert (apud LA CECLA, 2008), mostram que 78% do dinheiro de corrupção do mundo passa pela construção civil. É essencial que os arquitetos sejam conscientes dessas questões pois, por vezes, o discurso da “liberdade de criação”, da inaplicabilidade dos princípios teóricos associados à preservação, da inviabilidade econômica de uma intervenção fundamentada, está, na verdade, a serviço do capital meramente especulativo, do lucro a qualquer custo, da corrupção, em detrimento de aspectos socioculturais que deveriam prevalecer, que é o interesse da sociedade de forma mais abrangente e levando em conta o tempo na longa duração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é sempre prudente desconfiar quando uma ação respeitosa é tida, *a priori*, como inviável. É necessário, porém, fazer com que os critérios de preservação se tornem operacionais para as atuais circunstâncias no Brasil, realizando, de modo gradativo, experimentações conscienciosas, num contínuo confrontar entre teoria e prática, para chegar a princípios amadurecidos, capazes de enfrentar os problemas em sua complexidade na nossa situação atual. Por isso, há insistência na necessidade de voltar a entender o processo que levou ao atual entendimento da preservação de bens culturais, que se afastou das razões unicamente pragmáticas para assumir conotação ético-cultural, e analisar os motivos que levaram o restauro a um distanciamento do empirismo para se integrar à reflexão crítica e às ciências. O intuito é que os bens sejam respeitados em seus aspectos documentais, de configuração, de materialidade e de seu transcurso ao longo do tempo, para que continuem a ser documentos fidedignos e, assim, possam transmitir o conhecimento de modo não formado, e sirvam como efetivos elementos de rememoração e suportes da memória coletiva.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, Renato. *Architettura e restauro*. Venezia: Neri Pozza, 1959.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro. Teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori, 1997.

_____. Beni culturali, restauro, e recupero: un contributo al chiarimento dei termini. In: IL RECUPERO del patrimonio architettonico. Aosta: s.e., 1992, p. 40-41.

CARTA de Venezia, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 27 out. 2014

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. *O patrimônio em questão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DVOŘÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. Cotia, Ateliê, 2008.

GERMANN, Georg. Éthique de la conservation monumentale. In: GERMANN, Georg, SCHNELL, Dieter. *Conserver ou démolir? Le patrimoine bâti à l'aune de l'éthique*. Berne:

Infolio, 2014, p. 15-98.

ICOMOS-Australia. *The Burra Charter*. Burra: Icomos-Australia, 1999. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA-CHARTER-1999_charter-only.pdf> Acesso em: 09 ago. 2013.

JOKILEHTO, Jukka Ilmari. *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. *Ideias em destaque*, São Paulo, n. 36, p. 86-100, 2011.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142010000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2014

_____. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê / FAPESP, 2009.

LA CECLA, Franco. *Contro l'Architettura*. Torino: Boringhieri, 2008.

LE GOFF, Jacques *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MIARELLI MARIANI, Gaetano. I restauri di Pierre Prunet: un pretesto per parlare di architettura. *Palladio*, Roma, n. 27, p. 65-92, 2000.

_____. Riflessioni su un vecchio tema: il nuovo nella città storica. *Restauro*, Napoli, n. 164, p. 11-48, 2003.

MÖRSCH, Gerog. La realtà dei monumenti. Riflessioni sulla prassi di conservazione attuale. In: SCARROCCHIA, Sandro. *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti*. Bologna: Accademia Clementina di Bologna, 1995, p. 443-453.

OKSMAN ARQUITETOS ASSOCIADOS. *Intervenção na antiga Companhia Atarctica Paulista*. São Paulo: Oksman, 2014. (Estudo Técnico de viabilidade, 2014, 16 p.)

PANE, Andrea. *Drafting of the Venice Charter: historical developments in conservation*. Dublin: Icomos-Ireland, 2010.

PERGOLI CAMPANELLI, Alessandro. Cassiodoro e o nascimento do restauro ao final do Império Romano do Ocidente. *Pós*, São Paulo, n. 35, p. 245-257, 2014.

RATTON, C., História ameaçada: Santuário do Valongo sob risco de extinção. *Diário do Litoral*, 05/08/2013. Disponível em: <<http://www.diariodolitoral.com.br/conteudo/15233-historia-ameacada-santuario-do-valongo-sob-risco-de-extincao>> Acesso em: 09 ago. 2013.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios histórico-industriais*. São Paulo: Unifesp, 2013.

SALVO, Simona. Arranha-céu Pirelli: crônica de uma restauração. *Desígnio*, São Paulo, n. 6, p. 69-86, 2006.

SCARROCCHIA, Sandro. *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti*. Bologna: Accademia Clementina di Bologna, 1995.

SOUKEF Jr., Antonio. *A preservação dos conjuntos ferroviários da São Paulo Railway em Santos e Jundiaí*. São Paulo: Anna Blume FAPESP, 2013.

Sobre o livro

Formato 15,5 x 23 cm

Tipologia Minion Pro (texto)
Avenir LT Std (títulos)

Projeto Gráfico Canal 6 Editora
www.canal6.com.br

Capa e Diagramação Erika Woelke

As expressões de um determinado período de uma sociedade estão representadas na sua organização espacial através da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo; nas suas manifestações artísticas (música, folclore etc.); nas formas de fazer e viver.... Elas constituem, assim, o seu patrimônio cultural.

Diante dos perigos crescentes que ameaçam, mais especificamente, o patrimônio arquitetônico e edificado, ocasionados pela ação do tempo, da natureza, das negligências humanas que ocasionam sua deterioração, descaracterização, demolição e das novas construções em desarmonia com o patrimônio preexistente, a sociedade tem o dever de protegê-lo e salvaguardá-lo.

Entende-se como salvaguarda a identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. Essas ações conservam a essência do patrimônio e a sua autenticidade, permitindo sua transição para o futuro.

Nesse volume, estão palestras de vários especialistas do Brasil, da América Latina e da Europa, proferidas no âmbito do *XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado*, realizado em Bauru, em outubro de 2014. Os autores foram convidados a revisá-las, transformando-as em texto, para que suas experiências pudessem ser compartilhadas com um público maior. Julgamos que o conteúdo de cada uma delas é importante para a alimentação do debate atual sobre o patrimônio. Boa leitura!
